

Yasser Hassan Saleh – FEA-USP yasser.harsayan@gmail.com

SALEH, Yasser Hassan – “Cooperação Agrícola e Movimentos Socio-territoriais: O Papel do MST no Assentamento Pirituba II” – Desenvolvimento Econômico e Governança de Terra

Palavras-chave: Cooperativas; Reforma Agrária; MST; Agroecologia

Este trabalho tem como objetivo discutir as transformações da agenda de reforma agrária do MST e sua influência em instâncias de fóruns coletivos de ação, como no caso das cooperativas em assentamentos de reforma agrária. Isso se justifica por conta da defesa de programas de políticas públicas no campo, tendo em vista os problemas da viabilidade econômica de projetos de desenvolvimento local e agrícola, além do problema da cooperação entre os produtores, no sentido de analisar a papel das cooperativas, suas funções e a adequação de suas estruturas de governança.

A questão agrária no Brasil se deu historicamente em torno da propriedade da terra e de sua concentração. O surgimento de movimentos sociais reivindicando o acesso à terra – e que identificam neste acesso um fator de poder político para a reorganização da sociedade sendo, portanto, considerados a partir da visão da teoria de movimentos sócio-territoriais – nas mais diversas formas de sua apropriação, como as Ligas Camponesas, o Movimentos dos Posseiros e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), contestaram o ordenamento vigente impulsionando uma mudança institucional nesse assunto. Assim, a defesa de uma intervenção agrária que realoque os ativos na superfície rural resulta na proposição de uma agenda de reforma agrária, defendida por esses movimentos(Martins, 1999).

Porém, a imposição da realidade de uma economia de mercado, acompanhada por transformações institucionais assistidas pela agricultura brasileira durante os anos 1990 tornaram obsoletos projetos de reforma agrária de inspiração coletivista, assim como projetos de reforma agrária clássica, como sendo uma parte integrante da política industrial. É neste momento, em que se dá o auge do MST, que a implementação das ações para o seu projeto de reforma agrária passa a enfrentar diferentes desafios(Costa, Cyra Malta Olegário da; Bergamasco, 2003).

Neste sentido, o presente trabalho trata do caso de duas cooperativas localizadas em Itapeva – SP, a Cooperativa Avó Aparecida (COPAVA), uma Cooperativa de

Produção Agropecuária (CPA) caracterizada pela produção coletiva, e a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (COAPRI), que decorre da elaboração de um plano de produção individual sendo, portanto, classificada como uma cooperativa de prestação de serviços.

Assim, além das diferentes características entre essas cooperativas, há uma diferença fundamental da incorporação de novos temas e da transformação de seus objetivos e formas organizacionais. Neste caso, se discutirá o caso dos laboratórios experimentais dirigidos por Clodomir dos Santos Moraes, no início da década de 1990, em todo o assentamento e o seu abandono, e também, a adoção de novas formas de produção, como a agroecologia e a apropriação de nichos de acomodação via mercado de alimentos orgânicos(MST, 2015).

Clodomir dos Santos de Moraes foi um advogado e militante comunista do PCB. Atuou nas Ligas Camponesas tendo tido posições contrárias à do maior líder desse movimento, Francisco Julião. Foi deputado federal tendo sido preso em 1963 e quando da tomada de poder pelos militares ele se exilou.

Dentre suas obras, Clodomir produziu *A História das Ligas Camponesas* em que constrói uma narrativa a respeito do que foi o movimento no sentido de atribuir a ele uma compreensão clara do seu papel histórico e político. Mais tarde, ele escreveu a sua obra com maior apelo *A Teoria da Organização no Campo* que era um ensaio no qual ele trata a defender não apenas o papel da organização da classe no meio rural, como a sua coordenação enquanto um projeto revolucionário de luta no campo, no qual se suplantaria as relações capitalistas de produção tendo em vista uma produção coletiva, de acordo com o que se preconizava no socialismo(Stedile, 1999).

Com isso, o problema da cooperação na agricultura se dá por conta de diversos fatores nos quais estão envolvidos temas e problemas dados na própria constituição da produção, distribuição e comercialização. Neste sentido, o que se pode observar é que há uma diferença clara entre os objetivos entre os membros da cooperativa e a conformação dada pela sua relação com o movimento social, neste caso o MST.

No caso do assentamento Pirituba II, observa-se que uma relação clara entre o que se considera como sendo uma decorrência de uma mobilização social anterior à formação do MST, mas que o inclui o movimento em seu interior ao incluir-se nas lutas

mesmo posteriores à imediata criação do assentamento(Costa, Cyra Malta Olegário da; Bergamasco, 2003).

Desta forma, o problema da ação coletiva para a formação do assentamento, tendo em vista a necessidade da produção para sobrevivência abre um espaço para uma disputa que extrapola o entendimento econômico que se possa ter sobre o domínio da superfície desse espaço rural. Projetos a respeito da reforma agrária entram em disputa, e nesse momento a organização do MST e a sua representatividade passam a ganhar importância diante da relação que se observa entre produtores e a cooperativa.

Desde a sua formação em 1984, o assentamento Pirituba II assistiu a diversas experiências de cooperação que projetavam a forma da produção coletiva, inspirando-se nos mais diversos modelos de reforma agrária, especialmente em projetos de inspiração socialista, como o chinês e o chileno, existentes até então (Carvalho & Dulley, 1994; Thomaz, 2010).

Contudo, em sua grande maioria esses projetos malograram por razões das mais elementares, desde uma debilidade material financeira para a inserção no mercado dada uma inadequação de uma determinada forma de produção, até uma divergência pessoal, ou familiar, entre os assentados(Costa, Cyra Malta Olegário da; Bergamasco, 2003).

Neste sentido, os aspectos sociológicos da cooperação agrícola conformam os modelos institucionais de um determinado arranjo para cooperação. Ainda mais ao se somar a intervenção agrária proposta pelo próprio movimento, tem se então uma alteridade no sentido de que não se estabelece uma correspondência entre os interesses dos produtores do assentamento daqueles que são membros do movimento.

Tanto o governo, em seus diferentes níveis seja federal, estadual ou municipal, quanto o movimento, no caso tratando-se do MST, são organizações que acabam por constranger a cooperativa. Assim, a ação desses agentes econômicos sociais se equivale enquanto uma ação de política agrária.

Desta forma, o que se pode observar é que inicialmente, o MST protagoniza esse projeto enquanto formulador e propositor de agendas para os assentados. Isso se dá porque era não o movimento formador do assentamento, mas o movimento que angariava maior representatividade e recursos enquanto defensor de uma reforma agrária que originou esses assentamentos. A expressão máxima desse fenômeno se dá

com os laboratórios experimentais de Clodomir dos Santos de Moraes como trataremos mais adiante.

Assim, a formação do assentamento se dá em 1984 durante o governo Montoro e que era anterior à fundação do MST por meio de um movimento de posseiros dessa região. Este é caso da formação da Agrovila I em que se inaugura o assentamento (Costa, Cyra Malta Olegário da; Bergamasco, 2003).

Porém, é a partir de 1996 que se inicia uma outra onda de expansão por parte dos assentados e dos sem-terra na própria fazenda, aumentando o espaço do assentamento, ocupando toda a área correspondente (Fernandes, 1999). Nesse sentido, pode se considerar que há momentos distintos no interior do próprio assentamento, um da mobilização anterior à fundação do MST, outro que se dá com a incorporação de áreas da antiga propriedade e que é feita com a capitania do movimento como ente organizador das ações coletivas.

Assim, o que se pode compreender é que o movimento passa a constituir-se como a organização com primazia e maior capacidade de promoção de interesses e ações nos fóruns de decisão da cooperativa, ou de associações civis. Porém, mudanças podem ocorrer por conta da influência por parte de organizações civis de outras naturezas.

Contudo, há desafio comum da busca por sobrevivência e da continuidade da ocupação da terra acaba por ser encarado pelos produtores menos dotados de recursos, que são coincidentes os camponeses com pouca terra e assentados, além de sitiantes e produtores que acabam por ter acesso à terra por outros meios. Este desafio não é recente, e já foi observado por movimentos precedentes ao próprio MST, como no caso das Ligas Camponesas em que Francisco Julião projetava na formação de organizações cooperativas agrícolas como um caminho de emancipação. Neste extrato, Julião expõe o espírito dado à cooperativa como uma organização de salvação dos pobres do campo como se pode perceber nesta seção intitulada *O caminho é a cooperativa*:

“V – A cooperativa

Mostrarei, agora, o terceiro caminho. É a cooperativa. Que é isso? Eu te explico. Cooperativa quer dizer: um por todos e todos por um. Para que serve? Serve para o fobreiro. Para o posseiro. Para o pequeno proprietário. E para o médio também. Na luta

contra o latifúndio. Contra o atravessador. Contra o isolamento. Vou te dar um exemplo. Em um município há 500 proprietários de 100 quadras de terras para baixo. São os médios proprietários. Há mil proprietários de 20 quadras para baixo. São os pequenos proprietários. Há cinco mil foreiros ou rendeiros. Todos se juntam, os médios e os pequenos proprietários com os foreiros. E fundam uma cooperativa. Há uma lei mostrando como se faz. Com a cooperativa tu te defendes do latifúndio, que vive com o olho no teu pedaço de terra, na tua bola de algodão, de arroz, de banana ou de café. Como sócio da cooperativa, tu pagas uma mensalidade que a tua bolsa não sente. E isso serve para muita coisa. Para te libertares das garras do agiota, que te empresta 100 por 200. Do atravessador, que compra o teu produto pelo preço que bem quer e finda enriquecendo com o teu suor. A cooperativa pode comprar o caminhão para levar o teu produto à cidade, cobrando frete barato. E te fornecer os instrumentos agrários, o adubo, a semente, o inseticida, por um preço que tu nunca encontrarás no mercado. A cooperativa terá o agrônomo para te ensinar como a terra produz mais. E o médico para te curar. E o advogado para te defender. E o professor para educar os teus filhos. A cooperativa acaba com o teu isolamento e te oferece uma vida nova. A cooperativa é a união. Todos por um e um por todos. E a união, digo e repito, é a mão da liberdade. A cooperativa é, portanto, um bom caminho.” (Stedile, 2011:202).

É neste sentido então que se observa que os cadernos de formação política do MST (especificamente, os cadernos V e XI) são fundamentais para a compreensão do papel da cooperativa nos projetos de reforma agrária do MST e dos movimentos decorrentes.

Nesse caso, a visão da cooperação que persiste é a da cooperação dada por uma valoração socialista, em que se procura eliminar o caráter exploratório da interação econômica, seja pela instituição da propriedade, seja pela intermediação comercial dada por uma estrutura de mercado oligopsolista a nível local. Essa perspectiva da cooperação acaba por se diferenciar das concepções associativistas em que de alguma maneira o que há é uma tentativa de fortalecimento dos próprios agentes na atuação do mercado, tendo um caráter bidimensional, proprietários e trabalhadores.

Com isso, o papel da cooperativa parece ser aquele no qual se a observa como sendo uma organização de classes, sem uma perspectiva estratégica a partir de recursos de mercado, mas sim como a conflagração política como anteriores às diferenciações de mercado.

A experiência de Clodomir dos Santos de Moraes em Pirituba é exemplar quanto ao caráter da intervenção agrária nesse sentido. Ela consistia basicamente em formar grupos de produtores, estabelecendo para tais um determinado prazo em que ao seu final, deveria-se constituir uma organização cooperativa de produção, coletiva e centralizada, dada uma hierarquização da organização tendo semelhanças com as concepções marxistas-leninistas de organização do partido.

Nesse sentido, violava-se os princípios de autonomia da organização do trabalho no campo eram ignorados por conta da necessidade da mudança revolucionária em um determinado foco espacial de luta. Além de se considerar a necessidade de autonomia como um desvio, de inspiração burguesa, como no caso das proposições anarquistas, também se criticava o próprio marxismo dadas as concepções do espontaneísmo como tendências contra-revolucionárias, ou vícios. A esse respeito Clodomir expressa no Caderno de Formação 11, *Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo*:

“O espontaneísta é resistente ao planejamento dos trabalhos ou de ações e muito menos age conforme um plano de trabalho. [...] Sabendo que os trabalhos planejados não lhe deixa espaço para dedicar-se a seus assuntos ou ao que mais lhe agrada em detrimento dos interesses da empresa, o espontaneísta começa logo a tachar de burocratismo à ação planejada. Quase sempre vomita frases como estas:”necessitamos de mais ações e de menos planos de organização; aquele que muito planeja e muito organiza, nada realiza”.” E segue:

“O anarquista reage à organização das coisas ou das ações. Não controla nem contabiliza os recursos. Dirige uma empresa como se dirigisse uma bodega: dinheiro entra, dinheiro sai e ele não anota nada. O anarquista se irrita quando vê as coisas muito organizadas. [...] Desorganizar para reinar, enquanto reina, o anarquista salva seus interesses pessoais, deixando para trás os interesses da empresa. Por isso ele nunca reclama quando vê as coisas desorganizadas pois é da desorganização, da confusão, que o indivíduo anarquista consegue satisfazer seus interesses pessoais.”(Moraes, 1986: 30-31).

Com isso, a finalidade da cooperativa como organização de classe e, não com a perspectiva estratégica para inserção no mercado, tinha como objetivo a formulação de um programa, e sua implementação por meio dessa organização, uma evolução da consciência e da formação política dos seus membros. Com isso, do ponto de vista da estrutura da organização da cooperativa há uma caracterização na qual o quadro

dirigente político, é simultaneamente capaz de impor uma determinada decisão aos agentes econômicos.

Apesar da primazia política da sua formulação da cooperação agrícola, Clodomir não ignorava a inserção econômica desses camponeses no mercado. Na verdade, era a orientação que se dava, pois para ele, os pequenos produtores camponeses, ao se voltarem para uma produção de mercado, acabavam por se tornar vulneráveis nas suas relações com ele e, assim, entrariam em um caminho de endividamento sem volta na dependência de créditos e insumos do mercado e que ao final, perderiam suas terras por conta da sua incapacidade de honrar esses compromissos financeiros.

Desde o período de elaboração de sua visão até o momento presente, houve mudanças em relação à disposição de créditos aos pequenos produtores, incluindo nesse grupo os próprios assentados. Esses programas de crédito que acabam por dotar de recursos os camponeses para que consiga obter as formas de produção equivalente as de produções de caráter patronal, com maior capital investido para produzir, ainda que em uma escala diferente desses e utilizando o fator de produção trabalho, por meio doméstico em sua maior parte. Assim, o papel quanto ao desenvolvimento social e agrário por parte das Organizações Não-Governamentais (ONG's), incluindo o MST, é o de promover, ou induzir mudanças técnicas, institucionais e organizacionais a respeito da produção e de sua introdução no mercado(Arbache, 2003).

“A atuação do Incra ocorre em parceria decisiva com a organização social dos assentados – no PA Pirituba II, o MST é o parceiro fundamental. Esta atuação conjunta possibilita ao Estado exercer função catalisadora que, como consequência, leva ao envolvimento de outros atores sociais, como é o caso das prefeituras locais, universidades e organizações da sociedade civil. Contudo, é importante afirmar que a ação catalisadora, por si só, é insuficiente. A própria experiência no Pirituba II assim o demonstra. É preciso que o Estado disponha de instrumentos de atuação, ou seja, atue por meio de políticas públicas efetivas e consistentes.

A ‘história recente da política agrária no Brasil continua a mostrar fraco desempenho e inconsistências’.”(Mello, 2013:86).

Neste sentido, a proposição de uma organização local dotada de representatividade política e social em outros níveis e esferas tende a se confirmar como o arranjo mais adequado. Ao tratar de Pirituba o relatório do IPEA a respeito dos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo expõe:

“A luta pela terra coincide com a luta pelo trabalho rural: é a perspectiva do desemprego que impele os trabalhadores a lutarem pela terra. O público do assentamento, no entanto, é heterogêneo, abrangendo desde pessoas com grande experiência agrícola até outras com um histórico recente de vida predominantemente urbano, mas desejosas de voltar a viver no campo, apesar da origem rural remota, e com as quais é preciso fazer um trabalho específico de capacitação”(Mello, 2013:110).

Neste ponto é que a organização da cooperativa se relaciona com o mercado de trabalho rural e agrícola, no sentido de promover a instalação da população no campo. A cooperativa seria a organização econômica da qual o MST passa a implementar novas agendas e também considerar apoio e articulação com movimentos urbanos. Daí passa a se conceber a agroecologia como um elemento importante da agenda do MST, tanto quanto uma proposta de mercado, na medida em que atende a uma necessidade do mercado quanto ao conteúdo político decorrente de sua forma de produção (Camargo, 2010; Cepero & Perez, 2011; Piccin, 2012; Thomaz, 2010).

Entretanto, as origens primeiras da agroecologia são de difícil identificação ainda que se conheça muitos trabalhos que aleguem uma ou outra direção. Assim, não tratamos aqui de observá-la enquanto uma concepção preocupada com os parâmetros acadêmicos moderno de produção de conhecimento científico.

Ao se pensar a exploração agrícola de superfícies rurais, a intervenção humana tratar de transformá-la no sentido de organizar a disposição dos entes a fim de corresponder às necessidades diretas da reprodução humana. Assim, a concepção da atividade agrícola como resultado da ação humana se constitui, então como uma cultura, estabelecendo-se como agricultura.

Sendo assim, dada como uma intervenção humana, e no caso, cultural, que a agricultura pode ser considerada como uma agressão à natureza, tratada então pela concepção antropológica da oposição cultura e natureza. Com isso, a existência e reprodução humana desequilibrariam a existência da própria natureza e, uma vez desequilibrada, a própria existência e reprodução humanas estariam ameaçadas.

Por isso, definimos a agroecologia preliminarmente como uma sendo uma proposta de superação desse paradoxo antropológico tendo como finalidade a reprodução humana, porém tendo uma atividade que não seja concebida através da cultura em oposição à natureza, mas a partir de uma concepção ecológica da sua própria existência. Esse aspecto da proposta agroecológica pode ser notada nessa afirmação de Miguel Altieri, um de seus maiores representantes:

“Por outro lado, a ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade. A agroecologia vai muito mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos.”(Altieri, 2012: 104-105).

Como dito por Altieri, a agroecologia enquanto forma de conhecimento é tomada a partir de uma perspectiva crítica da agronomia enquanto ciência moderna. Neste ponto é que se deve observar as conseqüências da tomada dessa produção agroecológica não no que se trata em relação aos efeitos, desejados ou indesejados da produção enquanto efeitos ecológicos e ambientais, mas em relação aos efeitos relacionados aos agentes de produção econômicos e sua disposição.

Um dos esforços mais recentes para esse tipo de compreensão foi feita por um grupo de autores A. Wezel, S. Bellon, T. Doré, C. Francis, D. Vallod e C. David em um artigo de um jornal acadêmico de estudos agrônômicos; Trata-se de um esforço de configurar uma revisão a respeito do que se compreende como a agroecologia, na história e em diversos lugares do mundo.

Assim, a perspectiva desses autores é a de que a Agroecologia se trata de uma ciência, um movimento e uma prática e que para que se compreenda o seu significado, não podem ser compreendidos isoladamente. Assim, os autores compreendendo que assim como se concebe o conhecimento como sendo algo tomado também fora dos parâmetros convencionais, a proposta agroecológica tem uma relação de diferenciação e evolução de acordo com o seu local de prática e disputa:

“In analysing the historical evolution of agroecology, either as a science, movement or practice, it becomes evident that different topics, discussions or debates in certain periods seem to have provoked major changes or reactions within agroecology. The common ground in the U.S. evolutions in agroecology was to find a scientific basis for new alternative agricultural systems. But why did this concern evolve to a new scientific discipline in the USA, but not in France, at least not so soon, where the concern was also present? Maybe because the holistic definition of agronomy, and the included concepts in France could welcome part of the changes needed to target this goal, which

was not the case in the USA. Therefore a rupture was sooner necessary in the USA, leading to the creation of a new scientific discipline. For the case of Brazil, a clear rupture can also be mentioned. The expansion of different farmers' agricultural movements in the 1980s and 1990s was finally translated into agroecological movements whose common interests have been canalized under the term agroecology. In addition, to better distinguish their practical approach from industrialised agricultural practices, it seems that the use of the term 'agroecological practices' fulfilled this best. In speaking of agroecological practices since the 1990s, a possibility was found to distinguish them clearly from other conventional practices. Thus, a sort of new identity was created for these practices, which considered for instance more ecological and environmental aspects. In contrast to the USA and to Brazil, the different types of movements have not been the starting point for agroecological movements in France and Germany, or did not provoke a clear reaction into agroecological research. This might be explained by the fact that the agricultural problems in Europe interested or concerned only a limited part of the population. In Brazil on the contrary, a larger part of people are involved in agriculture, and the questions of rural poverty and disparities in agricultural land tenure still are important topics. In the case of Germany the lack of social movement around agriculture can also be explained considering that ecology in general, and in particular ecology related questions to agriculture, have been already well established in research, and thus evolved gradually instead of creating new research fields as for example in the USA. As usual in a scientific community, it can also be noticed that ideas attached to agroecology have crossed national borders. Therefore, many authors attached to a specific institution also gained and communicated knowledge from other countries, for instance through exchanges between Europe and the Americas." (Wezel et al., 2009: 10).

Contudo, do ponto de vista marxista da questão agrária e camponesa, trata-se de uma concepção crítica que se encontra em autores precedentes no próprio campo marxista, como no caso de Karl Kautsky em seu livro *A Questão Agrária*, em que se coloca o caráter científico da produção agrícola dado pela intermediação das organizações universitárias no campo no sentido da modernização (mecanização e aportes tecnológicos) dos processos para a produção agrícola (Kautsky, 1988).

Um fenômeno de mesma natureza quanto ao tema do conhecimento tradicional na agricultura, ou não-científico moderno, pôde ser observado em outras realidades como no caso das cooperativas em Saskatchewan no Canadá (Aulinger, 2014). Ali, o

que se observa é a retomada de conhecimentos indígenas como legítimos para a formulação de uma inovação técnica para a produção a ser introduzida no mercado de alimentos.

Com isso, a crítica à forma de produção tem um objetivo simultâneo que é a subversão das relações de produção através de uma organização indutora de transformações sociais distintas. Isso não se dá sem a atribuição de direitos sociais, e da articulação de movimentos sociais, correspondentes a esses, em luta para essa promoção, o que acaba por transformar institucionalmente a estrutura de mercado, passando a constituir o que nas cooperativas do MST se considera como os mercados institucionais, que são, em termos práticos, uma reserva de mercado com finalidade social.

Entretanto, ao observarmos a correspondência das formas de organização das cooperativas de Pirituba II, nota-se que a COPAVA acaba por corresponder, relativamente, mais aos elementos organizacionais projetados por Clodomir que a COAPRI que mantém uma produção individualizada, sendo uma cooperativa de serviços. Entretanto, do ponto de vista da correspondência com a política pública de reforma agrária, a COAPRI acaba por produzir alimentos característicos da produção para consumo interno, no caso alimentos, enquanto que a COPAVA tem como produção fundamental a soja, o que acaba por afastá-la do papel social da reforma agrária e do uso da terra para a produção.

Considerações Finais

O papel do MST foi no momento da expansão do assentamento, e continua a ser até então, o de organização de intermediação entre os produtores no campo e as esferas de representatividade no âmbito civil e público. Por isso, mantém-se como o ator potencial de indução de mudanças técnicas e organizacionais de produção e de cooperação nos assentamentos, não tendo obstáculos a princípio para expandir sua influência a pequenos produtores não assentados, tendo em vista a mesma natureza do desafio do mercado e de uma concepção presente de cooperação.

Entretanto, esse papel passa por transformações decorrentes da introdução de políticas públicas de acesso a crédito que acabam por mitigar a necessidade, ou mesmo mitigar a motivação por cooperar por parte dos produtores. Isso torna o escopo de ação

do movimento nas cooperativas, como sendo o de promoção da defesa de mercados institucionais como sua função da qual não há substituto ou rival imediato.

Uma questão a ser averiguada posteriormente é a da forma de cooperação e do problema da alternativa cooperativista. Assim, como em outros países a esse exemplo no Canadá e um novo movimento cooperativista, há uma mudança observada por conta de novas técnicas e das formas de intervenção agrária empregadas pelas autoridades públicas e seus instrumentos de ação.

Nesse ponto, há uma hipótese de possível formulação que é a de que se a intervenção agrária por poderes públicos conflagrar a substituição dos serviços ou do papel da cooperativa por seus meios, ao passo de que a cooperativa não os acompanhe com inovações do ponto de vista organizacional, ela se torne não um elemento para o fortalecimento dos cooperados, mas sim o seu rival no momento da taxaço dos serviços e da comercialização, já que acabaria por capturar a renda das transações. Assim, a intermediação do movimento teria que se diferenciar da intermediação dos simples atravessadores.

Referências Bibliográficas:

- Altieri, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Arbache, J. S. (2003). Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas. In *Pobreza e Mercados no Brasil* (pp. 9–115). Brasília: CEPAL.
- Aulinger, M. (2014). *Subverting the Local Food Economy Status Quo - The Intrinsic Relationship of Regionalized Ethics to the Practice and Discourse of Food Sovereignty*. Manitoba.
- Camargo, P. (2010). *Organização Produtiva e Socioterritorial da Agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity - PR*. Universidade de São Paulo.
- Carvalho, Y. M. C. de;, & Dulley, R. D. (1994). Modelo de Gestão do Assentamento Pirituba I Área II no Estado de São Paulo. *Agricultura Em São Paulo*, 41(1), 21–32.
- Cepero, P., & Perez, R. (2011). Bases Teóricas da Coletivização do MST , (15), 171–175.
- Costa, Cyra Malta Olegário da; Bergamasco, S. M. P. P. (2003). Processo de Organização da Produção em Assentamentos Rurais no Brasil: A Fazenda Pirituba/SP. In V. L. S. B. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira; Aubrée, Marion; Ferrante (Ed.), *Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo*. Araraquara: INCRA.
- Fernandes, B. M. (1999). *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST (1979 – 1999)*. Universidade de São Paulo.
- Kautsky, K. (1988). *The Agrarian Question*. (T. Alavi, Hamza; Shanin, Ed.) (1st ed.).
- Martins, J. de S. (1999). Reforma Agrária - O impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo: Out.*, 11(2).
- Mello, T. de. (2013). *Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo - Fatores de Sucesso ou Insucesso*. Brasília.
- Morais, C. S. de. (1986). Caderno de Formação nº 11 - Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo.pdf. São Paulo: MST.
- MST. (2015). Congresso do MPA discute caminhos da agricultura familiar na produção de alimnetos. Retrieved June 7, 2016, from [http://www.mst.org.br/2015/10/13/congresso-do-mpa-discute-caminhos-da-](http://www.mst.org.br/2015/10/13/congresso-do-mpa-discute-caminhos-da)

agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos.html

- Piccin, M. B. (2012). Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. *Economia E Sociedade*, 21(1), 115–141. <http://doi.org/10.1590/S0104-06182012000100005>
- Stedile, J. P. (1999). *Brava Gente – A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil*. (1st ed.). São Paulo.
- Stedile, J. P. (2011). *A Questão Agrária no Brasil I: O Debate Tradicional - 1500-1960*. (2nd ed.). São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Thomaz, F. (2010). *O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços - estudo de caso da Copava O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços - estudo de caso da Copava*. Universidade de São Paulo.
- Wezel, a., Bellon, S., Doré, T., Francis, C., Vallod, D., & David, C. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice. *Sustainable Agriculture*, 2, 27–43. http://doi.org/10.1007/978-94-007-0394-0_3